

Demonstrações Financeiras

Horizontes Energia S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022.....	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS	6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	8
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	12
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	12
2. BASE DE PREPARAÇÃO	13
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	16
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	17
5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	17
6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	18
7. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS.....	19
8. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO	20
9. IMOBILIZADO	20
10. INTANGÍVEL	22
11. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL.....	24
12. FORNECEDORES.....	27
13. TRIBUTOS.....	27
14. PROVISÕES.....	28
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28
16. RECEITA.....	30
17. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	31
18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	31
19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	32
20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	34
21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	35
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	39
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	40

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores Acionistas,

A Horizontes Energia S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 era de R\$39.258, dividido em 39.257.563 (trinta e nove milhões, duzentas e cinquenta e sete mil, quinhentas e sessenta e três) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão (“Cemig GT”).

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado de R\$13.426 em 2022 em comparação ao resultado de R\$23.321 no exercício de 2021.

Receita operacional

A receita bruta de energia elétrica foi de R\$20.194 no exercício de 2022, em comparação a R\$36.780 em 2021.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais foram de R\$9.432 em 2022, comparados a R\$13.897 no exercício de 2021.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido de 2022 foi uma receita de R\$6.146, em comparação a uma receita de R\$5.306 em 2021, impactado, principalmente, pela renda de aplicação no mercado financeiro.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2022, a Companhia apurou o montante de R\$2.697 referente a imposto de renda e contribuição social, representando 16,73% em relação ao lucro de R\$16.123 antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, no mesmo período de 2021, a Companhia apurou o montante de R\$2.904, representando 11,07% em relação ao lucro de R\$26.225 antes dos efeitos fiscais.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2022, o LAJIDA foi de R\$12.606 mil (R\$23.514 em 2021) e a margem do LAJIDA foi de 64,95% no mesmo período (67,54% no exercício de 2021), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2022	2021	Var. %
Resultado líquido	13.426	23.321	(42,43)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	2.697	2.904	(7,13)
Resultado financeiro	(6.146)	(5.306)	15,83
Depreciação e amortização	2.629	2.595	1,31
LAJIDA	12.606	23.514	(46,39)

LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 696/2015 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2022, a Cemig manteve o foco em ações que promovessem a integração dos PAEs - Planos de Ação de Emergência de suas usinas junto aos PLANCONs - Planos de Contingência dos municípios correlacionados. Continuamente ao ano de 2021, os trabalhos foram feitos com as COMPDECs-Coordenadorias Municipais de Proteção e de Defesa Civil e foram realizadas reuniões presenciais e virtuais para oficinas de trabalho e treinamentos.

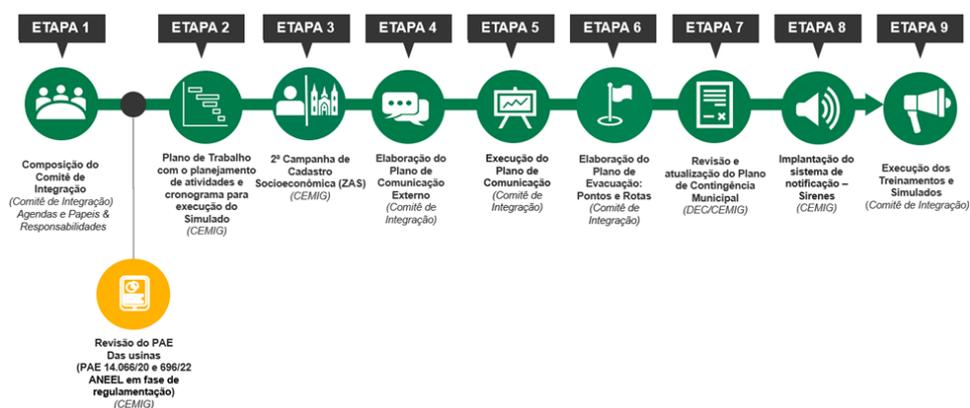
Em 2022, a Cemig continuou trabalhando temas inseridos no tratamento da Lei nº 12.334/2010 (14.066/2020) e Resolução Normativa ANEEL nº 696/2015, apresentando a estratégia de Alerta/Alarme e meios de comunicação em cenários de emergências em rupturas de barragem que serão efetivadas junto às comunidades potencialmente afetadas.

Os PAEs também focam na apresentação de riscos de inundação causados por cheias ordinárias, além dos possíveis eventos de ruptura de barragens. A intenção é construir uma cultura de prontidão para situações de cheias para as comunidades instaladas ao longo dos rios onde estão as usinas da Cemig, já que as cheias são eventos mais recorrentes.

Nos anos de 2020 e 2021, as tratativas dos PAEs das barragens da empresa, junto às Defesas Civas Municipais, foram feitas de “modo individual” e com pauta específica, e usado a bandeira do “Programa Proximidade”. A partir de julho de 2022, a Gerência de Planejamento Energético da CEMIG, como responsável pelo relacionamento com as Defesas Civas Municipais, criou o “Projeto VAMOS”, que concentra uma metodologia dedicada para integração dos PAEs aos PLANCONs, visando a melhoria e uniformização dessas tratativas.

Como etapa inicial foram constituídos CIs- Comitês de Integração do PAE, de cada barragem, fórum multidisciplinar que conta com a representação de vários atores dos municípios, ambiente em que as tratativas dos PAEs passaram a ocorrer de modo grupal. Participam, minimamente, as instituições de interesse direto para o tema, quais sejam, COMPDECs, Defesas Civas Municipais, REDECs (Regionais de Defesa Civil Estadual) e unidades dos CBMMG (Corpo de Bombeiros Militar do Estado de MG), correlatos aos municípios mapeados.

No total foram constituídos 16 CIs que trataram os temas listados na figura abaixo:



Além do plano citado, em especial, também foram executados em 2022:

1. Treinamentos para difusão do App. PROX (App. de Gestão de Riscos)
2. Debates com a comunidade para criação e melhorias do perfil população no App. PROX, visando disponibilização de outros cenários de riscos (incêndios, deslizamentos, enchentes) e melhorias na interatividade para cenários de ruptura de barragens e de cheias (manchas de inundação e proximidade de rotas de fuga e pontos de encontro)
3. Proposição de Rotas de Fuga e Pontos de Encontro na ZAS-Zona de Auto salvamento de 03 barragens (remanescentes do ano 2021)
4. Instalação de Sinalização de Alerta (placas Rotas de fuga e Pontos de Encontro) em 05 municípios.
5. Em continuidade das ações de Pesquisa e Desenvolvimento “P&D” de desenvolvimento do DIN – Dispositivo Individual de Notificação, foram distribuídos, gratuitamente, cerca de 900 aparelhos para a população mapeada e cadastrada na ZAS das barragens das PCHs Cajuru e Piau, nos municípios de Divinópolis, Carmo do Cajuru e Piau. O projeto contemplará 20 barragens em 27 municípios.

Ainda no ano de 2022, após 03 anos de paralisação devido às restrições da Pandemia COVID-19, o “Programa Proximidade” retomou a realização de suas reuniões presenciais, com 04 eventos ocorridos (UHEs Queimado, Nova Ponte, Emborcação e Irapé). Estes eventos contaram com a participação de cerca de 140 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civas Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a ser realizada em 2023 que, ao resultado do exercício de 2022, no montante de R\$13.426 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$6.713 mil para pagamento de dividendos obrigatórios; e
- R\$6.713 mil para pagamento de dividendos adicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Horizontes manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, e, em especial, à dedicação dos empregados dos acionistas controladores.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.037	1.435
Títulos e valores mobiliários	4	33.797	27.935
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	3.410	2.771
Tributos compensáveis	6	1.125	7
Outros ativos		12	3
TOTAL DO CIRCULANTE		44.381	32.151
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	128	5.746
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	-	2.446
Tributos compensáveis	6	196	1.427
Depósitos vinculados a litígios	7	2.664	2.663
Imobilizado	9	19.763	18.161
Intangível	10	97	119
Direito de uso	11	105	98
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		22.953	30.660
ATIVO TOTAL		67.334	62.811

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Fornecedores	12	4.061	1.012
Impostos, taxas e contribuições	13a	330	245
Imposto de renda e contribuição social	13b	311	830
Encargos regulatórios		4	4
Transações com partes relacionadas	20	165	144
Dividendos a pagar	15	6.713	806
Passivo de arrendamento	11	14	13
Outras obrigações		7	6
TOTAL DO CIRCULANTE		11.605	3.060
NÃO CIRCULANTE			
Impostos, taxas e contribuições	13a	558	529
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13c	1.249	360
Passivo de arrendamento	11	100	92
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.907	981
TOTAL DO PASSIVO		13.511	4.041
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	15		
Capital social		39.258	39.258
Reservas de lucros		14.565	19.512
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		53.823	58.770
PASSIVO TOTAL		67.334	62.811

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto o resultado por lote de mil ações)

	Nota	2022	2021
RECEITA LÍQUIDA	16	19.409	34.816
CUSTOS OPERACIONAIS	17		
Custos com energia elétrica		(1.997)	(7.990)
Custos de operação		(6.412)	(4.603)
CUSTO TOTAL		(8.409)	(12.593)
LUCRO BRUTO		11.000	22.223
DESPESAS OPERACIONAIS	17		
Despesas gerais e administrativas		(924)	(553)
Outras despesas operacionais (reversão)		(99)	(751)
		(1.023)	(1.304)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		9.977	20.919
Receitas financeiras	18	6.174	5.328
Despesas financeiras	18	(28)	(22)
		6.146	5.306
Resultado antes dos impostos		16.123	26.225
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(1.809)	(2.597)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(888)	(307)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		13.426	23.321

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
RESULTADO DO EXERCÍCIO	13.426	23.321
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	13.426	23.321

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto os dividendos por lote de mil ações)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	39.258	7.852	3.563	-	50.673
Aprovação de dividendos adicionais propostos (R\$233,46 por lote de mil ações)	-	-	(3.563)	-	(3.563)
Resultado do exercício	-	-	-	23.321	23.321
Destinação do lucro proposta à AGO:					
Dividendos intermediários (R\$276,50 por lote de mil ações)	-	-	-	(10.855)	(10.855)
Dividendos obrigatórios propostos (R\$20,53 por lote de mil ações)	-	-	-	(806)	(806)
Dividendos adicionais propostos (R\$297,01 por lote de mil ações)	-	-	11.660	(11.660)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	39.258	7.852	11.660	-	58.770
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	(11.660)	-	(11.660)
Resultado do exercício	-	-	-	13.426	13.426
Destinação do lucro proposta à AGO:					
Dividendos obrigatórios propostos	-	-	-	(6.713)	(6.713)
Dividendos adicionais propostos	-	-	6.713	(6.713)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	39.258	7.852	6.713	-	53.823

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	13.472	23.321
Ajustes por:		
Depreciação	2.6224	2.591
Amortização direito de uso (Nota 11)	16	16
Provisões	771	84
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 19)	888	307
Variação monetária sobre depósitos vinculados a litígio (Nota 18)		-
Juros passivo de arrendamento (Nota 11)	12	12
Atualização de créditos de PIS/Pasep e Cofins (Nota 18)	96	(57)
Ganho com ressarcimento do GSF	-	(130)
Baixas imobilizado	-16	
	16.975	26.144
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores, concessionárias e permissionárias (Nota 5)	1.807	390
Tributos compensáveis (Nota 6)	113	126
Outros créditos	(32)	(18)
	1.888	498
Aumento (Redução) de passivos		
Fornecedores (Nota 12)	3.049	(2.264)
Impostos, taxas e contribuições (Nota 13)	114	438
Imposto de renda e contribuição social	1.377	2.066
Transações com partes relacionadas (Nota 20)	21	(20)
Outras obrigações	-	24
	4.561	244
Caixa gerado pelas atividades operacionais	23.424	26.886
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.896)	(1.660)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	21.528	25.226
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	(244)	(17.501)
Imobilizado Aquisições (Nota 9)	(4.214)	(62)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(4.458)	(17.563)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(12.466)	(14.418)
Arrendamentos pagos (Nota 11)	(2)	(30)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(12.468)	(14.448)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.602	(6.785)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	1.435	8.220
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	6.037	1.435
	4.602	(6.785)

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Horizontes Energia S.A. (“Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão (“Cemig GT” ou “Controladora”), constituída em 6 de abril de 2001, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 12º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190-131.

A Companhia tem por objetivo a geração e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, mediante a exploração dos aproveitamentos hidrelétricos de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, Salto Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina, além da comercialização de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”). As autorizações para explorar as Pequenas Centrais Hidrelétricas foram transferidas da Cemig para a Companhia, por meio da Resolução 331/2002.

Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a ANEEL alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico.

A Aneel alterou, por meio da Resolução Autorizativa nº 12.137, de 14 de junho de 2022, o término de vigência das outorgas de autorização das Usinas Machado Mineiro, Salto Passo Velho e Salto Voltão, em função da repactuação do risco hidrológico (GSF).

Os prazos de concessão das usinas da Companhia são como segue:

Usina	Prazo de concessão
Machado Mineiro	05/2027
Salto Passo Velho	03/2031
Salto Voltão (1)	06/2033
Salto do Paraopeba (2)	10/2030

1. Aprovado projeto de revitalização da usina.
2. A usina encontra-se indisponível para operação. O saldo integral das capitalizações, registradas como propriedade para investimento, está integralmente provisionado devido à ausência de expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.
3. A Usina Salto do Paraopeba é elegível à extensão da outorga em função da repactuação do risco hidrológico (GSF) por possuir outorga por meio de resolução autorizativa e aguarda a reformulação desse ato para constar a nova data.

A energia produzida pelas PCHs Salto Voltão e Salto do Passo Velho é 100% incentivada e a energia produzida pela PCH Machado Mineiro é 50% incentivada. A energia produzida pela Companhia é comercializada no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A usina Salto do Paraopeba está com operação comercial suspensa desde 2011, em função de danos aos ativos decorrentes de enchentes do Rio Paraopeba. A usina vinha passando por estudos de ampliação nos últimos anos e teve aprovado seu projeto de ampliação pela ANEEL em maio de 2017. No entanto, tendo em vista a inviabilidade econômica do projeto de ampliação ou revitalização, a Companhia verificou que a melhor opção será a alienação deste ativo.

A Usina Machado Mineiro possui 1,72 MW de potência instalada e 1,14 MW médios de Garantia Física. Em 31 dezembro de 2022, operava com todos seus 02 geradores disponíveis para Sistema Interligado Nacional – SIN, sem perspectiva de intervenções relevantes ao longo de 2023. Após evento de inundação da casa de força ocorrido em janeiro/22, essa usina foi restabelecida para operação comercial em 01/06/22.

A Cemig Geração e Transmissão S.A., via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 3 de maio de 2023, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa e contas a receber não faturado);
- Nota 8 – Propriedade para investimento (Provisão para redução ao valor recuperável);
- Nota 9 – Imobilizado (Depreciação);
- Nota 14 – Provisões;
- Nota 16 – Receita (Fornecimento não faturado de energia elétrica);

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados pela primeira vez em 2022

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços incluem custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Trata da impossibilidade de as entidades deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado.	01/01/2022
CPC 15 - Combinação de Negócios	Além das mudanças relacionadas à referência à estrutura conceitual, que não alterou significativamente os padrões requeridos, foi acrescentada uma exceção ao princípio de reconhecimento do CPC 15, para evitar o problema dos potenciais ganhos e perdas do “dia 2” decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam no escopo do IAS 37/CPC 25 ou IFRIC 21/ICPC 19, se incorridos separadamente.	01/01/2022

2.6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 50 – Contratos de seguro, emitida pelo IASB em maio de 2017	A norma, ainda não emitida no Brasil, tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro, independentemente do tipo de entidade que os emite, que seja mais útil e consistente para as emissoras de seguros, inicialmente não sendo aplicável à Companhia. Essa norma não tem correspondente no Brasil.	01/01/2023
ICPC 26 – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarecer, entre outros, o conceito de diferir a liquidação de passivo, além de definir que o direito de diferir deve existir ao final do período de reporte e que a classificação é independente da probabilidade de que a entidade exercerá o seu direito de diferir. Além disso, a revisão determina que somente se o derivativo embutido em um passivo conversível for um instrumento patrimonial os termos do passivo não impactarão a sua classificação.	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	Esclarecer a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros, bem como como as entidades utilizam as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.	01/01/2023
CPC 26 Realização de julgamento de materialidade	Auxiliar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis que são mais úteis, por meio da substituição da exigência de divulgação das políticas contábeis significativas para divulgação de políticas contábeis materiais, além de adicionar orientações sobre como a entidade aplica o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre a divulgação de políticas contábeis.	01/01/2023
CPC 32 – Tributo diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	Restringir o âmbito de aplicação da isenção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplique a operações que deem origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, resultando no reconhecimento de um ativo de impostos diferidos e um passivo de impostos diferidos por diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de arrendamentos e provisões para desmantelamento.	01/01/2023

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis divulgou a Revisão nº 20/2021, em 4 de julho de 2022, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 11 – Contratos de Seguros, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 49 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria, CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediárias, CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de

2.7. Reagrupamento Demonstrações dos Resultados (DRE)

A Companhia efetuou ajustes de classificação em suas despesas nas Demonstrações dos Resultados, de forma a agregar certos itens de acordo com sua função. A divulgação da

natureza das despesas mantém-se apresentada nas respectivas notas explicativas sem alterações. Os referidos ajustes não afetam margens e indicadores representando apenas melhorias propostas pela Administração da Companhia. A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2021 estão sendo apresentadas neste mesmo critério. Tais ajustes foram considerados imateriais pela Companhia.

2.8 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Contas bancárias	287	86
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósito Bancário – CDBs	54	23
Overnight	5.696	1.326
TOTAL	6.037	1.435

Os Certificados de Depósito Bancário – CDBs pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variou 99,0% CDI em 2022 (entre 100% e 100,5% em 2021) conforme operação.

As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou entre 13,62% e 13,64% em 2022 (entre 8,87% e 9,14% em 2021).

Prática contábil

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia. Mais informações sobre as práticas contábeis estão demonstradas na nota explicativa nº 21.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2022	2021
Aplicações financeiras		
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários	3.711	1.637
Letras Financeiras Bancos	22.102	23.069
Letras Financeiras do Tesouro	7.984	2.904
Debêntures	-	325
	33.797	27.935
Não circulante		
Letras Financeiras – Bancos	-	5.667
Debêntures	128	79
	128	5.746
	33.925	33.681

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). Os CDBs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração entre 103 e 104,4% do CDI em 2022 (107,24% em 2021).

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variou entre 103,3% e 110,26% do CDI em 2022 (entre 105% e 130% em 2021).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que varia entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 114,29% do CDI em 2022 (entre TR + 1% e 109% do CDI em 2021).

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Classe de consumidor	Saldos a vencer	Saldos vencidos	Total	
	Não faturado	Mais de 361 dias	2022	2021
Fornecimento industrial	1.536	2.859	4.395	6.972
Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	-	(985)	(985)	(1.755)
Total	1.536	1.874	3.410	5.217
Circulante			3.410	2.771
Não circulante			-	2.446

Prática contábil

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

O ajuste para perdas de créditos esperadas é registrado com base em políticas aprovadas pela Administração. Os principais critérios definidos pela Companhia são: (i) para os consumidores com valores significativos em aberto, o saldo a receber é analisado levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; e (ii) para os grandes consumidores, é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2022	2021
ICMS	7	7
PIS/Pasep	234	255
Cofins	1.080	1.172
TOTAL	1.321	1.434
Circulante	1.125	7
Não circulante	196	1.427

A Companhia ajuizou Ação Ordinária requerendo a declaração da inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins, bem como o reconhecimento do direito à compensação dos valores recolhidos indevidamente.

Em 2019, transitou em julgado a Ação Ordinária movida pela Companhia, com decisão favorável à autora, reconhecendo o direito de esta excluir o ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins, com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial.

A Companhia possui duas formas de recuperação do crédito tributário: (i) compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, de PIS/Pasep e Cofins, dentro do prazo prescricional de 5 anos; ou (ii) recebimento de precatórios do Governo Federal.

7. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	2022	2021
Obrigações fiscais		
PIS/Pasep e Cofins	2.664	2.663
TOTAL	2.664	2.663

Os depósitos vinculados a litígios referem-se a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins.

8. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Em 19 de julho de 2007, a ANEEL, por meio do ofício nº 1.488/2007 – SFP/ANEEL, autorizou a classificação dos ativos da usina Salto do Paraopeba na rubrica investimento e suspensão da depreciação do ativo em função do problema do assoreamento desta.

A Companhia concluiu ser economicamente inviável o projeto de recuperação e ampliação da potência instalada da PCH Salto do Paraopeba, sendo aprovada sua alienação por meio de leilão público. Em 31 de dezembro de 2022, a alienação encontrava-se suspensa, aguardando edital para realização de leilão público.

9. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação (%)	2022			2021		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço		60.379	(45.010)	15.370	60.188	(42.415)	17.773
Custo histórico	4,30	60.379	(45.010)	15.370	60.188	(42.415)	17.773
Em curso		4.394	-	4.393	388	-	388
Geração		4.393	-	4.393	388	-	388
TOTAL		64.773	(45.010)	19.763	60.576	(42.415)	18.161

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Taxa anual de depreciação	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A) + (B)	Deprec. Acum.	Valor líquido em 31/12/2022
Em serviço		60.187	-	(16)	208	60.379	224	(45.010)	15.369
Reservatórios, barragens e adutoras	4,41	37.869	-	-	-	37.869	-	(29.288)	8.581
Terrenos, Edificações, obras civis e benfeitorias	4,38	4.119	-	-	99	4.218	99	(2.707)	(1.511)
Máquinas e equipamentos	4,07	18.173	-	(16)	109	18.266	125	(12.989)	5.277
Veículos	-	15	-	-	-	15	-	(15)	-
Móveis e utensílios	-	11	-	-	-	11	-	(11)	-
Em curso		388	4.214	-	(208)	4.394	-	-	4.394
Total		60.575	4.214	(16)	-	64.773	224	(45.010)	19.763

	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Transf. (B)	Adições líquidas = (A) + (B)	Valor bruto em 31/12/2021	Deprec. Acum.	Valor líquido em 31/12/2021
Em serviço	59.819	-	181	181	60.187	(42.415)	17.773
Terrenos, obras civis, benfeitorias e edificações	3.931	-	-	-	4.119	(2.493)	1.626
Reservatórios, barragens e adutoras	37.870	-	(6)	(6)	37.869	(27.619)	10.250
Máquinas e equipamentos	17.991	-	187	187	18.173	(12.276)	5.897
Veículos	15	-	-	-	15	(15)	-
Móveis e utensílios	11	-	-	-	11	(11)	-
Em curso	695	62	(181)	(119)	388	-	388
Total	60.514	62	-	62	60.575	(42.415)	18.161

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela Aneel, com exceção dos ativos que possuem vida útil superior a data de término da concessão, uma vez que estes ativos, desde que pertencentes ao projeto original, não serão indenizados ao término da concessão. A taxa média de depreciação anual é de 4,30% em 2022 (4,34% em 2021).

Os bens e instalações utilizados na produção de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. Os bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, possuem autorização prévia da Aneel para

desvinculação, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada, a ser aplicada na concessão.

Prática contábil

São avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Redução ao valor recuperável

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGC's) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

10. INTANGÍVEL

Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação dar-se-á mediante a

extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015.

Em 03 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória nº 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que repactuaram o risco hidrológico por meio da Resolução nº 684/2015. A ReH nº 2.919/2021 foi alterada em 08 de setembro pela Resolução Homologatória nº 2.931.

Em 11 de junho de 2021, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a renúncia de eventual processo judicial centrado no MRE, bem como a assinatura do Termo de Aceitação aos termos da Lei nº 14.052/2020, para as usinas dos Contratos de Concessão da Companhia e subsidiárias. Com a aprovação do Conselho de Administração da adesão aos termos da Lei, a Companhia reconheceu um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica “Custos operacionais – Recuperação de custos – Risco hidrológico”, no montante de R\$130, conforme tabela abaixo:

	Taxa média anual amortização acumulada (%)	2022			2021		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço		130	(33)	97	130	(11)	119
Ativos da concessão - GSF	16,74	130	(33)	97	130	(11)	119
Total		130	(33)	97	130	(11)	119

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2021	Adições	Adições líquidas	Valor bruto em 31/12/2022	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2022
Em serviço	130	-	-	130	(33)	97
Ativos da concessão - GSF	130	-	-	130	(33)	97
Total	130	-	-	130	(33)	97

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais, baseando-se em premissas internas da Companhia, em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em dias	Novo fim da concessão
Horizontes Energia	130			
Machado Mineiro	130	08/07/2025	682	21/05/2027
Salto Passo Velho	-	05/10/2030	153	07/03/2031
Salto Voltão	-	05/10/2030	999	30/06/2033

Prática contábil

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos anteriormente. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangível, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

11. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamento para o seguinte contrato que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2):

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa.

As taxas de desconto foram obtidas tendo como referência a taxa de empréstimo incremental do Grupo Cemig. Em 2022, a Companhia revisou a metodologia para estimativa das taxas de desconto, que passou a ser baseada na taxa livre de risco

ajustada à realidade do Grupo Cemig, visando refletir mais adequadamente o seu risco de crédito e as condições econômicas na data da contratação, conforme segue:

	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados entre 2019 e 2022		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	96	96
Remensuração	7	7
Amortização	(5)	(5)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	98	98
Remensuração	12	12
Amortização	(5)	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	105	105

b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental do Grupo Cemig. O valor contábil do passivo de arrendamentos é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	99
Juros incorridos	12
Arrendamentos pagos	(12)
Juros sobre arrendamentos pagos	(1)
Remensuração	7
Saldo em 31 de dezembro de 2021	105
Juros incorridos	12
Arrendamentos pagos	(14)
Juros sobre arrendamentos pagos	(2)
Remensuração	14

Saldo em 31 de dezembro de 2022	115
Passivo circulante	15
Passivo não circulante	100

Prática contábil

A Companhia avalia, na celebração do contrato de fornecimento de bens e serviços, se este é ou contém um arrendamento, ou seja, se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia adota uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e/ou de ativos de baixo valor.

Na data de início de um arrendamento (data em que o ativo objeto do arrendamento está disponível para uso), a Companhia reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o bem durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas, e são ajustados pelas remensurações dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se as condições refletirem o exercício da opção de rescisão. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado na ocorrência de determinados eventos, como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

12. FORNECEDORES

	2022	2021
Operação e manutenção de usina	3.649	832
Suprimento de energia elétrica	408	176
Outros	4	4
Total	4.061	1.012

13. TRIBUTOS

a) Impostos, taxas e contribuições

	2022	2021
Circulante		
PASEP	5	9
COFINS	25	42
ICMS	(7)	(9)
INSS	217	112
ISSQN	80	77
Outros	10	14
	330	245
Não circulante		
COFINS	459	435
PASEP	99	94
	558	529
TOTAL	888	774
Circulante	330	245
Não circulante	558	529

b) Imposto de renda e contribuição social

	2022	2021
Circulante		

Imposto de renda	83	523
Contribuição social	228	307
Total	311	830

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2022	2021
Imposto de renda	920	245
Contribuição social	329	115
Total	1.249	360

14. PROVISÕES

A Companhia é parte em ações trabalhistas movidas por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos e ajustes salariais. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$33 (R\$30 em 31 de dezembro de 2021) e não foi constituída provisão devido à probabilidade de perda ser possível, amparada na avaliação dos assessores jurídicos.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Companhia era de R\$39.258, dividido em 39.257.563 (trinta e nove milhões, duzentas e cinquenta sete mil, quinhentas e sessenta três) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT. Cada ação dá direito a um voto nas assembleias gerais.

b) Reservas

A composição das contas de reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2022	2021
Reservas de lucros		
Reserva legal	7.852	7.852
Retenção de lucros (Dividendos adicionais propostos)	6.713	11.660
	14.565	19.512

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até aos limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

Reserva de proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou nas reservas de lucros o montante de R\$6.713 referentes a dividendos propostos pela Administração que excedem a 50% do lucro líquido do exercício, dividendo mínimo previsto no estatuto social, a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação da proposta pela AGO.

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma legal a título de dividendos.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme demonstrado abaixo:

	2022	2021
Dividendos obrigatórios		
Resultado do exercício	13.426	23.321
	13.426	23.321
Dividendos mínimos obrigatórios – 50%	6.713	11.661
Dividendos intermediários pagos	-	10.855
Dividendos obrigatórios	6.713	806
Dividendos adicionais propostos	6.713	11.660
Total dos dividendos	13.426	23.321

Destinação do resultado de 2022 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à AGO, a realizar-se em 2023, que ao resultado do exercício de 2022, no montante de R\$13.426 seja dada a seguinte destinação:

- R\$6.713 para pagamento de dividendos obrigatórios; e
- R\$6.713 para pagamento de dividendos adicionais.

16. RECEITA

	2022	2021
Fornecimento bruto de energia elétrica	29	282
Suprimento bruto de energia elétrica	20.165	35.536
Transações com energia na CCEE	-	962
Receita bruta de energia elétrica (a)	20.194	36.780
Deduções à receita operacional (b)	(785)	(1.964)
Receita operacional líquida	19.409	34.816

a) Receita bruta de energia elétrica

Classe de consumidor	2022	2021
Industrial	-	291
Comercial	-	645
Fornecimento não faturado	29	(654)
Suprimento a outras concessionárias	20.165	35.536
Liquidação na CCEE	-	962
Total	20.194	36.780

b) Deduções à receita operacional

	2022	2021
ICMS	-	213
COFINS	606	1.401
PIS/Pasep	131	303
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	48	47
	785	1.964

Prática contábil

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no fornecimento contratado. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

17. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos com energia elétrica

	2022	2021
Energia elétrica comprada para revenda	(1.873)	(7.855)
Encargos de uso da rede básica de transmissão (a)	(124)	(135)
	(1.997)	(7.990)

Custos de operação

	2022	2021
Materiais	(415)	(182)
Serviços de terceiros	(4.103)	(2.332)
Depreciação	(2.629)	(2.591)
Provisões operacionais	771	540
Outros custos operacionais	(36)	(38)
	(6.412)	(4.603)

Despesas operacionais

	2022	2021
Despesas gerais e administrativas	(924)	(553)
Outras despesas operacionais, líquidas	(99)	(751)
Outras despesas operacionais, outros	(99)	(751)
Outras despesas operacionais, materiais	-	-
	1.023	1.304
Custo total	8.409	12.593
Despesa operacional	1.023	1.304
TOTAL	9.432	13.897

18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2022	2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicação no mercado financeiro	5.299	1.949
Acréscimos moratórios em conta de energia	(11)	8
Acréscimos moratórios sobre Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida – TARD	824	3.314
Atualização de créditos de PIS/Pasep e Cofins	59	57
Outras	3	-
	6.174	5.328
Despesas financeiras		
Juros passivo de arrendamento	(12)	(11)
Outras despesas financeiras	(16)	(11)
	(28)	(22)
Resultado financeiro	6.146	5.306

Prática contábil

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2022	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	20.516	20.516
Percentual de Presunção	8%	12%
	1.641	2.462
Receita Financeira Sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	2.657	2.657
Outras Receitas Financeiras	875	875
Base de Cálculo Lucro Presumido	5.173	5.994
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	776	539
Adicional (10% s/ valor superior a R\$240)	493	-
IR e CS - Lucro Presumido	1.269	539
Rendas Aplicações não resgatadas	2.642	2.642
Alíquota	25%	9%
IRPJ/CSLL Diferidos Ano 2022	660	237
LUCRO PRESUMIDO - REGIME CAIXA X COMPETÊNCIA		
Receita não tributada pelo regime caixa (receita diferida)	(321)	(321)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo Lucro Presumido	(26)	(39)
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	(6)	(3)
LUCRO PRESUMIDO - Amortização custo GSF		
AMORTIZAÇÃO GSF (receita diferida)	22	22
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo Lucro Presumido	2	3
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	-	-
Corrente	1.269	539
Diferido	654	234

	2021	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	37.323	37.323
Percentual de Presunção	8%	12%
	2.986	4.479
Receita Financeira Sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	1.006	1.006
Outras Receitas Financeiras	3.379	3.379
Base de Cálculo Lucro Presumido	7.371	8.864
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	1.106	798
Adicional (10% s/ valor superior a R\$240)	713	-
IR e CS - Lucro Presumido	1.819	798
ACERTO ECF - CRÉDITOS ANTERIORES		
	(13)	(7)
Rendas Aplicações não resgatadas	943	943
Alíquota	25%	9%
IRPJ/CSLL Diferidos Ano 2021	236	85
LUCRO PRESUMIDO - REGIME CAIXA X COMPETÊNCIA		
Receita não tributada pelo regime caixa (receita diferida)	(542)	(542)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo Lucro Presumido	(43)	(65)
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	(11)	(6)
LUCRO PRESUMIDO - Amortização custo GSF		
AMORTIZAÇÃO GSF (receita diferida)	119	119
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo Lucro Presumido	10	14
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	2	1
Corrente	1.806	791
Diferido	227	80

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um ativo/passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis/tributáveis referentes a receita bruta e as receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Controlador								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de cooperação (1)	-	-	165	144	-	-	(525)	(477)
Convênio de compartilhamento - O&M (2)	-	-	537	51	-	-	(1.066)	(196)
Prestação de serviços (3)	-	-	-	-	-	-	-	(280)
Dividendos a pagar	-	-	6.713	806	-	-	-	-
Operações com energia elétrica (4)	-	-	-	-	9.157	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	-	-	-	-	(301)	(291)
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	5.696	1.326	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	33.797	27.934	-	-	3.740	1.100	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	128	5.746	-	-	-	-	-	-

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) Convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020. Inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica;
- (3) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina vigente até a entrada em vigor do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020;
- (4) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações do Grupo Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 1,87% em 31 de dezembro de 2022 (1,57% em 31 de dezembro de 2021).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são demonstrados na tabela abaixo:

	2022	2021
Remuneração	75	16
Participação nos resultados	17	3
Previdência privada	2	1
Total (1)	94	20

(1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2022		2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Consumidores e revendedores		3.410	3.410	5.217	5.217
Depósitos judiciais e cauções		2.664	2.664	2.663	2.663
Títulos e valores mobiliários		4.533	4.533	11.930	11.930
		10.607	10.607	19.810	19.810
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	5.750	5.750	1.349	1.349
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	2	3.711	3.711	1.637	1.637
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	17.763	17.763	17.131	17.131
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	7.790	7.790	2.904	2.904
Debêntures	2	128	128	79	79
		35.142	35.142	23.100	23.100
		45.749	45.749	42.910	42.910
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Fornecedores		(4.061)	(4.061)	(1.012)	(1.012)
Passivo de arrendamento		(114)	(114)	(105)	(105)
		(4.175)	(4.175)	(1.117)	(1.117)

(1) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2022 e 2021.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado ativo:** Preço cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem mercado ativo:** Técnica de avaliação – Para um instrumento que não tenha mercado ativo, o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem mercado ativo:** Título patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de crédito

Com o objetivo de minimizar o risco de perdas advindas do não recebimento de valores faturados, a Companhia faz um acompanhamento de forma individual junto aos seus consumidores. Assim, considerando o contexto em que se encontra o cliente, são ajustadas condições que viabilizem o recebimento de créditos eventualmente em atraso.

A Companhia realiza, periodicamente, análise criteriosa da evolução dos casos de inadimplência e, constatando evidência de perda de receita, ou elevado risco de sua ocorrência, constitui Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos. As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em política de aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento para empresas do Grupo Cemig, de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com dívidas pactuadas está apresentado abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	3.471	590	-	-	-	4.061
Passivo de arrendamento	1	2	12	61	235	311
	3.472	592	12	61	235	4.372

* * * * *

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC - MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC-1SP/242451-04

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Horizontes Energia S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2022, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2023.

Belo Horizonte, 3 de maio de 2023.

Felipe Oliveira de Carvalho

Paulo César Teodoro Bechtluft

Ronald Gastão Andrade Reis



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Diretores e Acionistas da
Horizontes Energia S.A.
Belo Horizonte- MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Horizontes Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Horizontes Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 29 de abril de 2022, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade

operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 03 de maio de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG



Thiago Rodrigues de Oliveira

Contador CRC 1SP259468/O-7